

## O PROGRAMA DE CONTROLE HABITACIONAL PARA O SEGMENTO IDOSO, NA PERSPECTIVA DO CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Eleusy Natália Miguel (1); Maria das Dores Saraiva de Loreto (2).

Universidade Federal de Viçosa, eleusy.miguel@ufv.br (1); Universidade Federal de Viçosa, mdora@ufv.br (2).

### RESUMO

Este artigo buscou reunir contributos para a discussão do programa Português de Conforto habitacional para pessoa Idosa (PCHI, na perspectiva do ciclo das políticas públicas sob a égide do envelhecimento ativo. O estudo de abordagem descritiva e qualitativa teve como objeto de estudo a situação de moradia da população idosa de Portugal e o PCHI. O estudo foi desenvolvido, a partir da pesquisa bibliográfica. Para tanto serão utilizados os materiais dos bancos de dados, teses e dissertações das universidades e livros. Os resultados evidenciaram que envelhecimento populacional é uma realidade sem volta e com forte tendência a aumentar, exigindo políticas públicas adequadas a um envelhecimento ativo, que é baseado nos quatro pilares: saúde, participação, segurança e educação, Conclui-se o ciclo das políticas públicas é de grande relevância no tocante a uma política abrangente e eficaz, e que o PCHI pode promover o envelhecimento ativo.

**Palavras-chave:** Ciclo de Políticas Públicas, Idoso, Programa de Conforto Habitacional da Pessoa Idosa (PCHI).

### 1. INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento populacional é um fenômeno que tem ocorrido em todo o mundo. Essa modificação demográfica resulta em consequências e demandas específicas, como saúde, infraestrutura urbana, habitação, lazer, assistência social dentre outras. Essas demandas são direcionadas tanto ao Estado, como à sociedade e a família.

Além de fatores sociais e econômicos, o envelhecimento populacional é um aspecto importante nas mudanças ocorridas com os arranjos familiares. As famílias estão cada vez mais reduzidas em relação ao número de integrantes. Isso atinge diretamente o idoso no sentido do cuidado, quanto menores as famílias, maior a dificuldade em se cuidar se seu idoso. Outro ponto a ser destacado, diz respeito aos idosos que residem sozinhos. Muitos são os fatores que influenciam essa decisão, desde a independência econômica e física, até a privatização da família reduzida. Observa-se também uma quantidade expressiva de mulheres idosas residindo sozinhas, majoritariamente nas áreas urbanas. (BRAGA, 2001; CAMARGOS, 2008; UJIKAWA, 2010).

Para incentivar a permanência do idoso em sua própria residência, o Governo de Portugal elaborou uma Política Pública no setor da habitação destinada exclusivamente a este público, o PCHPI - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, vinculado ao Instituto da Segurança

Social daquele país. Tendo sua população com muitos idosos, e muitos desses residindo sozinhos, as prefeituras municipais têm um serviço de apoio domiciliar para a qualificação da habitação, em função das especificidades dos idosos. No Congresso Internacional de Gerontologia ocorrido na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2005, foi consensual entre os pesquisadores que, as IPILs e asilos deveriam ser a última opção para o idoso. Com essa estratégia, é minorado o número de idosos que necessitam ser realocados em ILPIs e asilos, sendo um dos principais objetivos da política.

Dessa maneira, a habitação onde o idoso reside se configura como fator crucial para o seu envelhecimento ativo e saudável. Muitos são os fatores que influenciam na inclusão de diretrizes para um envelhecimento ativo e saudável para o idoso, dentre estes elementos observa-se como determinantes estimular a independência por parte do indivíduo e a oferta de infraestrutura por parte do coletivo. A casa de morar, nessa perspectiva, se apresenta como um indicativo dessa condição de bem estar social, especialmente no período de vida da velhice.

Dentro desse debate, problematiza-se que a população idosa portuguesa cresce a cada ano, e que, a moradia tem importância relevante na vida do idoso. As questões relacionadas a casa, têm repercussão em sua vida, interferindo diretamente no bem-estar, autonomia e independência. É válido ressaltar também que as políticas públicas tem relevante contribuição na solução de problemas e melhoria de vida das famílias, especialmente quando bem elaboradas e aplicadas.

Face ao exposto, busca-se com este artigo dar algum contributo para a discussão que engloba uma política pública: PCHI – Programa de Conforto da Habitação do Idoso em Portugal na perspectiva da moradia do idoso e do envelhecimento ativo.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **Envelhecimento em Portugal**

A população mundial vem envelhecendo, e Portugal acompanha essa tendência demográfica. Há um aumento significativo no contingente de indivíduos idosos em relação aos jovens e crianças. Nos países desenvolvidos a pessoa é considerada idosa a partir de 65 anos de idade, segundo a OMS, diferente dos países em desenvolvimento que é considerada a partir dos 60 anos de idade (CAMARGOS, 2008; GONÇALVES, 2014).

É válido enfatizar que, a moradia para o cidadão é uma necessidade física e emocional, é uma questão fundamental em sua vida. A habitação se configura no espaço de morar, de lazer e também no local de convívio do idoso com sua família e/ou de seu cuidador, dessa maneira, a forma

de morar interfere na dinâmica desse cuidado. O acesso à habitação e aos serviços de infraestrutura urbana adequada, promovem a inclusão social e combatem à pobreza, um dos motivos da moradia ser considerada uma necessidade básica e um direito do cidadão. “A habitação é um bem meritório, que apresenta elevadas externalidades positivas em termos de bem-estar social” (MORAIS, 2002, p.110).

Com essa mudança demográfica portuguesa, ações relacionadas a essa condição foram tomadas no decorrer do tempo para atender as necessidades demandadas pelos idosos. Apenas a partir da década de 1970 que o Governo Português focalizou políticas públicas específicas para essa população, considerado como um *sistema de reforma*, o indivíduo a partir de certa idade fazia parte de um denominador comum, estar na *idade da reforma* (SOARES *et al*, 2012; VELOSO e ROCHA, 2016). Anterior a esse sistema de generalização do sistema de reforma, as famílias que arcavam integralmente com seus idosos, em todo os âmbitos de apoio e cuidado, quando não conseguiam, ou o idosos necessitado não tinha recursos financeiros para se manter ou mesmo não possuía familiares em decorrência da diminuição do número de familiares, a solução era a institucionalização asilar (VELOSO e ROCHA, 2016).

Essa temática começou a ser discutida no seminário “Política para Pessoa Idosa” no ano de 1969. Todavia, foi em 1976 que realmente foi inscrita na Constituição da República sob o Artigo nº 72, uma política para a nova gestão da velhice naquele país, com vistas a desenvolver uma política de integração dos idosos na comunidade e sua permanência em seu domicílio (VELOSO e ROCHA, 2016). Provavelmente esse tenha sido o passo inicial para a elaboração, décadas depois, do PCHI já que, o apoio ao domicílio, transformação dos asilos em lares, dentre outras diretrizes faziam parte deste equipamento social.

### **Habitação do Idoso em Portugal**

A habitação é um importante componente no combate à pobreza e a exclusão social. A moradia se configura como extensão do indivíduo e interfere diretamente na qualidade de vida e no bem estar do idoso (MORAIS, 2005; SANTOS *et al*, 2002).

Em Portugal a habitação do idoso toma contornos próprios em razão da avançada idade das construções, especialmente na zona urbana das grandes cidades. Edifícios degradados, de vários pavimentos desprovidos de elevadores e sistemas de aquecimento obsoletos e perigosos são alguns

dos problemas evidenciados nessas habitações. Essas condições dificultam a vida do idoso que se isola e perde a autoconfiança, também em função do afastamento ou ausência dos familiares, e pelo convívio social reduzido. Dessa maneira, “o ambiente urbano exerce um impacto fundamental sobre a mobilidade, a independência e a qualidade de vida dos idosos” (MARTINS, 2015, p 14). Assim os apoios formais ofertados pelas instituições podem configurar muitas vezes o único apoio e atenção do idoso urbano (MARTINS, 2015).

## **Ciclo das Políticas Públicas**

As Políticas Públicas se desenvolveram muito nas últimas décadas. Sua função na sociedade tem se mostrado de grande valor e cada vez mais participado do debate democrático e científico. Essa parte do trabalho buscou se dedicar ao ciclo das políticas públicas com intuito de trazer luz ao tema.

**A gênese da Política Pública:** A gênese da Política Pública aconteceu nos Estados Unidos a partir dos anos 1930 como área de conhecimento e disciplina acadêmica, derivada da Ciência Política. Já na Europa essa área de conhecimento era vinculada ao papel do estado. Pode-se considerar os pais da Política Pública Laswell (1936) que introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública); Simon (1957) que desenvolveu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy maker*); Lindblom (1959) que propõe novas variáveis como as relações de poder e a integrações entre as diferentes fases do processo decisório; Easton (1965) que define a política pública como sistema. (SOUZA, 2003; SECCHI, 2010).

**O que é a Política Pública?** São várias as abordagens para responder essa indagação.

Secchi (2010), entende a política pública como sendo:

[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010, p 02).

Sendo assim não se observa um consenso entre os estudiosos da área, contudo, convergindo às diversas definições, pode-se entender por política pública o campo de conhecimento que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, com ações e avaliações dessas questões e de sua

aplicabilidade. Essas ações produzem mudanças e resultados na sociedade em função da direção dada a política (SOUZA, 2003; SECCHI, 2010).

**Modelos de formulação e análise de Política Pública:** São inúmeras tipologias de políticas públicas desenvolvidas e elaboradas no decorrer do tempo desde sua gênese. Cada política pública vai encontrar diferentes formas de apoio, de rejeição e de disputas em torno de sua decisão que perpassa por diferenciadas arenas, conforme sua natureza e finalidade. Para Souza (2003), pode-se distribuir as políticas em quatro grandes grupos: As políticas distributivas: que versam a partir dos impactos mais individuais que universais ao privilegiar certos grupos, regiões ou interesses; As políticas regulatórias: que são mais visíveis ao público e mais burocráticas; As políticas redistributivas: abarca as políticas sociais universais: sistema tributário, previdenciário; As políticas constitutivas: baseadas nos procedimentos.

Dentre esses grandes grupos vários modelos são distribuídos, como segue: Modelo Racional (compreensivo: objetivos e metas); Modelo incremental (incrementa os ajustes); Modelo da Teoria do grupo; Modelo Elitista; Modelo da Teoria dos Jogos; Modelo “Garbage com” (soluções procuram os problemas); Modelo sistêmico; Modelo da colização de defesa; Modelo de arenas sociais; Modelo do equilíbrio interrompido; Modelos influenciados pelo “Novo Gerencialismo”.

**O ciclo da Política Pública:** O ciclo da política pública pode ser visto como um movimento onde se visualiza e organiza fases ou etapas para o desenvolvimento de uma determinada política, é um processo dinâmico e de aprendizagem (SOUZA, 2003; SECCHI, 2010).

Vários são os autores que definem as fases do ciclo política pública, nesse artigo adotou-se a definição de Secchi que pauta sua teoria sob sete fases principais do ciclo. Essas etapas não são necessariamente lineares e seguem a sequencia apresentada abaixo, pode acontecer alterações da sequencia no decorrer da elaboração da política. São elas:

**Identificação do problema:** Essa fase primária da política é baseada no que se é considerado o problema para aquele determinado público. “Um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2010, p 34). Para sua definição é preciso considerar os fatores que envolvem o problema: a percepção do problema; a definição ou delimitação do problema; e a avaliação da possibilidade de resolução desse problema.

**Formulação da agenda:** Após a identificação do problema por meio dos atores envolvidos no processo da elaboração da política pública, surge a necessidade de formular uma agenda adequada do problema.

**Formulação das alternativas:** Essa etapa pode abranger soluções para que se possa vislumbrar possíveis soluções futuras aos problemas.

**Tomada de decisão:** é o momento em que já se tem clareza do problema e das possíveis soluções. É uma fase mais madura do processo e importantíssima para a efetivação da política. “A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitados” (SECHHI, 2010, p 40).

**Implementação da Política Pública:** A implementação da política prevê a efetivação dos processos anteriores a essa fase, quando se identifica o problema e sistematiza sua solução. É nessa fase que há possibilidade de identificar falhas e limitações da política. É nesse momento que as intenções se transformam em ações, onde efetivamente o problema tenta ser resolvido.

**Avaliação da Política Pública:** A avaliação é uma etapa na qual o trabalho dispendido anteriormente fica a prova. É nessa fase que se avalia a construção e a efetivação da política junto ao seu problema, soluções, limitações e possíveis alterações.

**Extinção da Política Pública:** Assim como a política pública tem um começo, ela também possui um fim, sua extinção. Essa extinção pode ter basicamente três causas:). De tal modo, considerada como fim do ciclo essa etapa é importante e pode gerar novas diretrizes.

Destarte, as políticas públicas têm relevante papel nas sociedades contemporâneas, é por meio delas que problemas são identificados e solucionados com o envolvimento dos atores envolvidos, governo e sociedade civil. O ciclo de política pública visto aqui organiza e sistematiza o processo, mesmo este sendo dinâmico e em algumas situações imprevisível.

### 3. PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo terá abordagem descritiva por objetivar descrever a situação de moradia da população idosa de Portugal e o PCHI. desenvolvido, a partir da pesquisa bibliográfica que objetivará exibir o envelhecimento, o ciclo das políticas públicas, a qualificação da habitação e por

fim o PCHI (Programa de Conforto Habitacional para Pessoa Idosa). Para tanto serão utilizados os materiais dos bancos de dados da SciELO, CAPES teses e dissertações e livros. A utilização da análise dos dados se constitui fundamental para o diálogo com a pesquisa bibliográfica realizada, dessa maneira pretende-se analisar e discutir os resultados pautando-se na literatura com intuito de responder aos questionamentos e objetivos da pesquisa.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O envelhecimento ativo e produtivo é visto por estudiosos como fator preponderante para promoção da independência e autonomia da população idosa (NERI, 1998; GONTIJO, 2005; VELOSO e ROCHA, 2016). Vale ressaltar que, para a OMS, Organização Mundial da Saúde, o envelhecimento ativo é pautado em três pilares: saúde, participação e segurança; fatores esses diretamente ligados à habitação e que repercutem no bem estar e qualidade de vida do indivíduo idoso. Em Portugal a Secretaria de Segurança Social desenvolveu um programa com a atuação em nível local (municipal) com vistas em desenvolver o envelhecimento ativo e produtivo, o PCHI – Programa de Conforto da Habitação da Pessoa Idosa.

A habitação compreende em um fator fundamental na vida do idoso, sendo assim, precisa estar presente na elaboração e efetivação das políticas públicas de todas as sociedades, é em seu habitat que o indivíduo se identifica como pertencente de uma cultura e de uma sociedade. [...] “o sector da habitação (...) constitui um dos mais importantes vectores de uma política de qualidade de vida” (COUTINHO, 1997, p.01).

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) foi desenvolvido pelo governo português, em 2007 com atuação em nível municipal, o que favorece abarcar as especificidades de cada região, com objetivo de prevenção da dependência e institucionalização dos cidadãos mais idosos, visando intervir na qualificação habitacional através do melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas com prestação de serviços para a qualificação habitacional (CENSOS 2011, INE 2011). A relevância de o PCHI em ser uma política de atuação local está na própria natureza do desenvolvimento social local. Com a globalização observou-se um incremento nas políticas voltadas para o âmbito local, fortalecendo os vínculos e efetivando as ações. Dessa maneira, mesmo sendo um programa gestado na Secretaria de Segurança Social em nível nacional, o programa foi desenvolvido e atuou em nível local. A partir dos anos 1990, houve uma mudança no posicionamento do Estado, se tornando mais ativo em

relação à proteção social, com ações e atitudes multidimensionais e de territorialidade, fortalecendo o desenvolvimento do poder local. A descentralização do Poder Central para o Poder Local por meio de transferência de tributos e competências faz com que as políticas sociais sejam mais próximas dos cidadãos e de suas realidades (RIBEIRO, 2011; GOMES, 2013; SENHORAS, 2006).

O PCHI é um programa, como já dito, de âmbito nacional e de gestão local, urbana e rural. Foi desenhado para atender a população idosa nas suas demandas geradas em seu domicílio. Focaliza as habitações com deficiências estruturais e condições de vulnerabilidade para seus moradores, o que consiste em indicadores para a institucionalização do idoso (GOMES, 2013).

Seu marco inicial de criação foi o ano de 2007 com o Despacho nº 6716 – A/2007 da Secretaria do Estado de Segurança Social pertencente do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, publicado no Diário da República, 2ª série – Nº 68 – 5 de abril de 2007.

A identificação da situação desfavorável, por parte dos governos e dos estudos da academia, relativo à população idosa no domínio da habitação, configurando uma condição de desigualdade social, vulnerabilidade, e até mesmo exclusão social, em alguma medida pressionou o governo para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para essa população, surgindo assim o PCHI.

Para a implantação do programa, o Ministério do Trabalho e da Seguridade Social, também por meio da Secretaria de Seguridade Social foi à entidade promotora do programa, alterando alguns termos em fevereiro de 2008.

O principal objetivo desse programa era a qualificação habitacional, tanto do edifício como dos equipamentos. A melhoria das condições básicas de habitabilidade e de mobilidade das pessoas idosas, dignificando e evitam assim a dependência e a institucionalização, como já dito, dessa maneira é a cerne do programa. O PCHI atende as pessoas que usufruíam de apoio domiciliar (PERISTA, 2012; MARTINS, 2015).

Esse programa derivou da secretaria de Assistência Social e foi por meio dessa esfera municipal que a triagem de domicílios que seriam atendidos era realizada. Em Portugal, esse profissional, o Assistente Social, desempenha um importante papel junto ao poder local, e exerce uma função mais ampla na assistência a família. Com execução da parceria dos municípios com a Segurança Social, era firmada por meio de protocolos com duração de doze meses com



possibilidade de essa parceria ser renovada por mais doze meses (GOMES, 2013; MARTINS, 2015).

O público alvo era composto por cidadãos maiores de 65 anos, e que atendessem as seguintes condições: que tenham rendimento mensal per capita seja igual ou inferior ao valor do indexante dos apoios sociais (419,22 euros); vivam em habitação própria ou residam numa habitação há pelo menos 15 anos de forma permanente e que a mesma se encontre inscrita na matriz predial em seu nome, ou, que habitem por igual período de tempo, a título não oneroso, um prédio não descrito no registo predial em nome de terceiro, que careça de qualificação em função da situação e necessidade em que se encontram; usufruam de serviços de apoio domiciliário; que frequentem a resposta Centro de Dia; residam sozinhas ou em coabitação com outras(s) pessoa(s) idosa(s), familiar(es) com deficiência, menores, ou maiores desde que estudantes e sem rendimentos do trabalho ou prestações substitutivas destes (INE, 2011; SOARES *et al*, 2012).

O programa teve a locação dos recursos financeiros para as melhorias, definidas pelas localidades, advindas parte da Segurança Social e parte de fontes financiadas pelos próprios municípios atendidos. Assim a quantidade de recurso destinado ao programa variava conforme a demanda e a efetivação da reabilitação de cada município. É importante ressaltar que, além do recurso econômico disponibilizado pelo poder local havia ainda o recurso humano, dos funcionários das prefeituras que operalizam o sistema para que o programa tivesse funcionamento e eficácia desejados (GOMES, 2013). De forma geral, a Segurança Social ficava responsável pelos encargos com os materiais necessários, disponibilizando uma verba máxima para tal, e o município ficava responsável por realizar e acompanhar as obras (MARTIS, 2015; PERISTA, 2012).

O PCHI foi lançado no ano de 2007 como programa piloto e teve seu término no ano de 2013. Os protocolos de parceria do programa, documentos os quais os municípios se candidatavam para inserção ao PCHI, tinham vigência de doze meses com prorrogação de mais doze meses conforme os interesses dos parceiros. Em sua vigência, entre os anos de 2007 e 2013, iniciou-se em cinco distritos: Bragança, Beja, Guarda, Portalegre e Vila Real; no período de 2007 a 2010. Já entre os anos de 2011 e 2013, foi ampliada sua cobertura para os distritos de Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Santarém, Viana do Castelo e Viseu.

Durante seu exercício, foram realizadas diversas melhorias, tanto na moradia, como no que se refere aos equipamentos domésticos. Com relação às intervenções relativas à casa, destacam-se

melhorias nas paredes, nas portas e janelas, coberturas; criação ou adaptação de cômodos como banheiros, cozinhas e quartos; adaptação ou construção de elementos que asseguram acessibilidade ao morador idoso como rampas, barras de segurança e pisos apropriados. Outra atenção do programa dizia respeito ao mobiliário e equipamentos domésticos, conserto ou aquisição de camas, geladeiras, fogões e sistema de aquecimento (MARTINS, 2015; INSS 2014a). Com seu término datado no ano de 2013, o programa atendeu 3.166 pessoas idosas, dentre esse número cerca de 57% era composto por idosas, com abrangência em 13 dos 18 distritos de Portugal. (PERISTA, 2012).

O PCHI foi um programa social de cunho piloto e hoje está em fase de avaliação com potencial de se tornar um programa definitivo nos municípios, especialmente porque o seu público alvo, os idosos, tende a aumentar em números demográficos e a morarem cada vez mais sozinhos em função das mudanças nos arranjos familiares contemporâneos. Essa fase de avaliação é fundamental para que os ajustes no corpo do programa e nas suas aplicações sejam bem elaborados e efetivados.

Algumas limitações já foram detectadas no decorrer da utilização do programa, como por exemplo, a complexa descentralização do poder central para o poder local. Essa transferência muitas vezes esbarra nos interesses políticos e na disponibilidade financeira, causando uma desigualdade entre os municípios (RIBEIRO, 2011). Outra limitação observada diz respeito ao idoso que se concorre ao auxílio, à forma de acessar o programa, ou seja, somente são aceitos proprietários e beneficiários de apoio domiciliar, se for considerado que em Portugal há uma grande parte de idosos arrendatários de domicílios, principalmente nas zonas urbanas onde a edificação é bem antiga e requer manutenção e qualificação, isso limita sobremaneira o programa. Por fim, outro limitador importante seria o próprio financiamento. Como o programa depende exclusivamente de recurso público, seja nacional, seja municipal, as crises econômicas abalam e comprometem o financiamento do programa (TAVARES 2011).

Em suma, infere-se que esse programa tem por base uma política social de requalificação da moradia que tem por princípio trazer conforto à vida da pessoa idosa. Diante do exposto aqui, percebe-se que o PCHI tem vocação na área da segurança social e potencial para se tornar um programa social dentro das diretrizes governamentais.

## 5. À GUIZA DE CONCLUSÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade sem volta e com forte tendência a aumentar. O idoso para atingir um envelhecimento ativo, que é baseado na tríade da saúde, participação e segurança, precisa que suas demandas sejam satisfeitas, como saúde, lazer, direitos, segurança e habitação. A moradia qualificada atribui valor ao envelhecimento ativo no sentido de incentivar a autonomia e independência do idoso.

Para que a pessoa tenha acesso à habitação de qualidade, é fundamental a implementação de políticas públicas que propiciem essa permanência desse indivíduo em sua residência de forma segura e prazerosa. Nessa perspectiva, o PCHI, Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas em Portugal, busca integrar as condições físicas da habitação por meio de uma qualificação, mantendo o idoso em sua própria casa, junto a sua rede social já estabelecida ao longo dos anos, atendendo as condições de segurança e comodidade da habitação.

As políticas públicas têm promovido transformações na vida das sociedades, como no caso de Portugal com o PCHI. São responsáveis por mobilizar os agentes governamentais e da sociedade civil em vários âmbitos, resultando em melhorias e expectativas, mesmo com suas limitações e falhas, as políticas públicas quando bem elaboradas e bem implementadas repercutem no bem estar e na qualidade de vida do cidadão.

### REFERÊNCIA:

BRAGA, P M V. **Envelhecimento, Ética e Cidadania**. 2001. Disponível em <http://direitodoidoso.braslink.com/pdf/Envelhecimento.pdf>. Acesso em 21.05.2014

BRANDÃO, D Q. Avaliação da qualidade de arranjos espaciais de apartamentos baseada em aspectos morfo-topológicos e variáveis geométricas que influenciam na racionalização construtiva. **Ambiente Construído**, v. 6, n. 3, p. 53-67, 2006.

CAMARGOS, M. C. S. Enfim sós: um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte (MG). Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Censos 2011 – Resultados Definitivos. INE – Instituto Nacional de Estatística, **Statistic Portugal**. Disponível em [http://www.inr.pt/uploads/docs/recursos/2013/20Censos2011\\_res\\_definitivos.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/recursos/2013/20Censos2011_res_definitivos.pdf) Acesso em 05 de agosto de 2016.

COUTINHO, L. “Discurso da Senhora Secretária de Estado da Habitação e Comunicações Dra. Leonor Coutinho” in Pestana Barros e J. C. Gomes Santos (org.), **A Habitação e a Reintegração social em Portugal**, Editora Vulgata: Lisboa, pp. 7-9. 1997.

GOMES, A. I. R.. **Avaliar a Eficácia de Programas Municipais de Ação Social: o caso de Castelo de Paiva**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Economia Social. Universidade Católica Portuguesa/ Porto. Faculdade de Economia e Gestão. Porto, Setembro de 2013.

GONÇALVES, C. A. **Idosos inseridos no mercado de trabalho: uma análise comparativa com dados da PNAD 2002 e 2012.** Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG). 2014.

GONTIJO, S. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. In: **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Organização Pan-Americana da Saúde-OPAS, 2005.

MARTINS, F. A. L. **Necessidades e Expectativas da população idosa residente na freguesia de Penha de França, Concelho de Lisboa.** Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Mestre em Gerontologia Social. Setembro de 2015.

MORAIS, M. P.. Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil. Ver. **POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise.** 2002.

NERI, AL (org.). **Psicologia do Envelhecimento.** Campinas: Papirus; 1998.

PERISTA, H. (org). **Gênero e envelhecimento: planejar o futuro começa agora! Estudo de diagnóstico.** Cadernos condição feminina. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género Presidência do Conselho de Ministros Lisboa, 2012.

RIBEIRO, L. B. S.. **O serviço social nas autarquias e a sua importância para o desenvolvimento social local. A ação da Assistente Social na Câmara Municipal da Batalha.** Relatório apresentado ao ISMT para Obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social. Instituto Superior Miguel Torga. Escola Superior de Altos Estudos. Coimbra, Setembro de 2011.

SANTOS, S. R.; SANTOS, I. B. C.; FERNANDES, M. G. M.; HENRIQUES, M. E. R. M. Qualidade de vida do idoso na comunidade: aplicação da Escala de Flanagan. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 10, n. 6, p. 757-764, Dec. 2002.

SENHORAS, E M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local - As boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** V. 3, n. 2 (2006).

SECCHI, L.. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos,** São Paulo-SP, Cengage Learning, Capítulo 3, p. 33- 60, 2010;

SOARES, C; FIALHO, J A S; SACADURA, M J; CHAU, F. Coordenação de: CARNEIRO, Roberto. **O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade.** Relatório Final. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Faculdade de Ciências Humanas Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 31 de Agosto de 2012.

SOUZA, C. “Estado da arte” da área de políticas públicas: Conceitos e principais tipologias. In: **XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).** Caxambu, MG, 21-25 de outubro de 2003.

UJIKAWA, C M. **Vila de Anciãos: Intervenção urbana em Áreas Degradada Destinada à Habitação e Convívio de Idosos.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2010.

VELOSO, E. M. C.; ROCHA, M. C. J.. Políticas Públicas, Pessoas Idosas, Educação e Envelhecimento: O Caso de Portugal num Contexto Global. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília,** Marília, v.2, n.1, p. 3-37, jan./jun. 2016 ISSN: 2447 – 780X